

**Demonstrações Contábeis  
Regulatórias**

**Araraquara Transmissora de Energia  
S.A.**

31 de dezembro de 2019  
com Relatório do Auditor Independente

# **Araraquara Transmissora de Energia S.A.**

## **Demonstrações contábeis regulatórias**

31 de dezembro de 2019

### **Índice**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias .....	1
Balanços patrimoniais .....	4
Demonstrações dos resultados .....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes .....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa .....	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias .....	10

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias**

Aos  
Acionistas e Diretores da  
**Araraquara Transmissora de Energia S.A.**  
Rio de Janeiro - RJ

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Araraquara Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias**

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

## **Outros assuntos**

A Araraquara Transmissora de Energia S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações financeiras societárias), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 21 de fevereiro de 2020.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de junho de 2020.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6



Glaucio Dutra da Silva  
Contador CRC-1RJ090174/O-4

**Araraquara Transmissora de Energia S.A.**

Balancos patrimoniais  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	<b>8</b>	10.136	24.141
Concessionárias e permissionárias	<b>9</b>	1.884	2.514
Contas a receber - partes relacionadas	<b>26</b>	313	121
Estoques		1.344	1.345
Adiantamento a fornecedores		332	263
Outros ativos circulantes		118	263
		<u><b>14.127</b></u>	<u><b>28.647</b></u>
Ativo não circulante			
Títulos e valores mobiliários		-	3.396
Outros ativos não circulantes		283	291
Imobilizado não vinculado à concessão		1.053	1.077
Imobilizado	<b>10</b>	195.701	201.478
Intangível não vinculado à concessão		14	19
Intangível	<b>11</b>	3.450	3.450
		<u><b>200.501</b></u>	<u><b>209.711</b></u>
<b>Total do ativo</b>		<u><u><b>214.628</b></u></u>	<u><u><b>238.358</b></u></u>

## Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais  
31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros	12	500	286
Fornecedores - partes relacionadas	26	767	712
Empréstimos e financiamentos com terceiros	13	-	6.098
Tributos e contribuições sociais	14	1.149	480
Taxas regulamentares	15	1.378	1.272
Dividendos propostos	18	39	-
Outros passivos circulantes	16	871	798
		<b>4.704</b>	<b>9.645</b>
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos com terceiros	13	-	51.322
Outras provisões - compensação ambiental		1.580	1.492
Provisão para contingências	17	30.598	27.112
		<b>32.178</b>	<b>79.926</b>
Patrimônio líquido	18		
Capital social		197.191	167.191
Reserva de Lucros		43.209	39.355
Reserva Legal		205	-
Prejuízo acumulado		(62.859)	(57.759)
		<b>177.746</b>	<b>148.787</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>214.628</b>	<b>238.358</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Receita operacional líquida	<b>19</b>	23.516	24.775
Custo da operação	<b>20</b>	<u>(13.130)</u>	<u>(14.749)</u>
Lucro bruto		10.386	10.026
Despesas gerais e administrativas	<b>21</b>	(1.781)	(2.426)
Outras despesas/receitas operacionais		<u>(729)</u>	<u>318</u>
Lucro antes do resultado financeiro		7.876	7.918
Resultado financeiro	<b>24</b>	<u>(6.650)</u>	<u>(3.899)</u>
Receita financeira		1.903	1.559
Despesa financeira		(8.553)	(5.458)
Resultado antes dos impostos sobre lucros		<u>1.226</u>	<u>4.019</u>
Imposto de renda e contribuição social	<b>23</b>	(2.228)	(1.362)
<b>(Prejuízo) / Lucro líquido do exercício</b>		<u><b>(1.002)</b></u>	<u><b>2.657</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

**Araraquara Transmissora de Energia S.A.**

Demonstrações dos resultados abrangentes  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
(Prejuízo) / Lucro líquido do exercício	(1.002)	2.657
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total de resultados abrangentes</b>	<u><u>(1.002)</u></u>	<u><u>2.657</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

**Araraquara Transmissora de Energia Elétrica S.A.**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

	<b>Capital Social</b>	<b>Reserva de Lucros</b>		<b>Prejuízos Acumulados</b>	<b>Total</b>
		<b>Reserva legal</b>	<b>Retenção de lucros</b>		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>167.191</b>	<b>2.335</b>	<b>39.355</b>	<b>(62.751)</b>	<b>146.130</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.657	2.657
Realização da reserva legal	-	(2.335)	-	2.335	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>167.191</b>	<b>-</b>	<b>39.355</b>	<b>(57.759)</b>	<b>148.787</b>
Aumento de capital conforme AGE de 08 de novembro de 2019	30.000	-	-	-	30.000
Constituição de reserva legal	-	205	-	(205)	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.002)	(1.002)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	3.854	(3.854)	-
Dividendos propostos (Nota explicativa 17)	-	-	-	(39)	(39)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>197.191</b>	<b>205</b>	<b>43.209</b>	<b>(62.859)</b>	<b>177.746</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
<b>Lucro do exercício antes dos impostos</b>	<b>1.226</b>	<b>4.019</b>
Itens de resultado que não afetam o caixa		
Juros e variações cambial sobre financiamentos	4.353	5.228
Depreciação e amortização	8.228	8.201
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(61)	1
Provisão para contingência	3.486	(1.153)
Outras provisões - compensação ambiental	89	98
(Aumento) redução nos ativos		
Concessionárias e permissionárias	690	166
Contas a receber - partes relacionadas	(192)	19
Estoques	-	(235)
Impostos a recuperar	-	3
Adiantamentos a fornecedores	(68)	9
Outros ativos	154	(162)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	214	46
Fornecedores partes relacionadas	55	(98)
Tributos e contribuições sociais	(500)	(388)
Taxas regulamentares	105	123
Outros passivos	73	132
Juros pagos	(4.356)	(4.860)
Impostos pagos	(1.058)	(977)
<b>Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>12.438</b>	<b>10.172</b>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição e baixa de imobilizado e intangível	(2.422)	(176)
Títulos e valores mobiliários	3.396	136
<b>Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento</b>	<b>974</b>	<b>(40)</b>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	30.000	-
Financiamentos pagos	(57.417)	(5.900)
Dividendos pagos	-	(117)
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>(27.417)</b>	<b>(6.017)</b>
<b>(Redução)/aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(14.005)</b>	<b>4.115</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>24.141</b>	<b>20.026</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>	<b>10.136</b>	<b>24.141</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## **Araraquara Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

### **1. Informações gerais**

A Araraquara Transmissora de Energia S.A. (Companhia ou Araraquara) é uma sociedade anônima fechada, de capital privado. Sua sede está localizada na cidade do Rio de Janeiro. Possui uma filial na cidade de Araraquara, no Estado de São Paulo.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH que é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

A Companhia foi constituída em 08 de dezembro de 2008, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

#### **1.1. Da concessão**

No dia 26 de fevereiro de 2009 a Companhia assinou com a União o Contrato de Concessão ANEEL nº 14/2009, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, distribuídas no Estado de São Paulo:

- (i) Linha de Transmissão Araraquara 2.
- (ii) Araraquara Furnas, C1 e C2, 500 kV, com extensão aproximada de 15 km, com origem na subestação Araraquara 2 e término na subestação Araraquara furnas.
- (iii) Linha de Transmissão Araraquara 2 - Araraquara CTEEP, C1 e C2, 440 kV, com extensão aproximada de 15 km, com origem na subestação Araraquara 2 e término na subestação Araraquara CTEEP.

#### **1.2. Receita Anual Permitida (RAP)**

A RAP foi determinada em R\$15.463 (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IPCA. A RAP será corrigida nos cinco primeiros anos pelo IPCA e revisada pela ANEEL durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, até o décimo quinto ano levando em consideração a Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") e Taxa Referencial de Mercado ("TRM"), definida no contrato.

Em 27 de junho de 2018, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.408/2018 estabeleceu a RAP em R\$ 26.351 para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019.

Em 25 de junho de 2019, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.565/2019 estabeleceu a RAP em R\$ 24.182 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020.

## **Araraquara Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

### **1.3. Setor elétrico no Brasil - Transmissão**

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

## **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias**

As Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCRs) foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador, a ANEEL.

No exercício de 2015 a ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico 2015, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

As DCRs foram autorizadas pela Administração em 30 de junho de 2020.

### **2.1. Estimativas e premissas**

As DCRs foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das DCRs foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas DCRs. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

## **Araraquara Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

### **2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira**

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das DCRs. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

### **2.3. Classificação circulante versus não circulante**

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados como não circulante.

## **3. Resumo das práticas contábeis regulatórias**

As práticas contábeis regulatórias utilizadas, são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, exceto pelas práticas apresentadas a seguir:

### **3.1. Imobilizado e intangível**

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas Resoluções vigentes emitidas pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigentes veja nota explicativa 10 - Imobilizado e 11 - Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

## **Araraquara Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em Serviço” e “Em Curso”. Os itens apresentados no grupo Em serviço correspondem a imobilizados e intangíveis já unitizados e em operação. Os saldos apresentados no grupo `Em curso` correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

### **3.2. Reconhecimento de receita**

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

## **4. Resumo das práticas contábeis (regulatórias e societárias)**

### **4.1. Caixa e equivalentes de caixa**

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

### **4.2. Concessionárias e permissionárias**

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

### **4.3. Estoques**

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

## **Araraquara Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

### **4.4. Provisão para redução ao valor recuperável (“*impairment*”)**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

### **4.5. Impostos**

#### Impostos sobre serviços prestados

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

#### Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita.

O imposto de renda é computado com presunção de 8% sobre a receita de venda, acrescido das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% quando a base de cálculo exceder R\$ 60 no trimestre.

A contribuição social é computada com presunção 12% sobre a receita de venda, acrescida das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 9%.

### **4.6. Provisões para contingências**

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

## **Araraquara Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

### **4.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às DCRs tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

### **4.8. Outros ativos e passivos**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

### **4.9. Apuração do resultado**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

### **4.10. Instrumentos financeiros**

A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

#### **a) Ativos financeiros**

Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma:

## **Araraquara Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

(ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

### **b) Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos."

## **4.11. Fluxos de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

## **4.12. Transações com partes relacionadas**

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

## **Araraquara Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

### **5. Reapresentação dos saldos comparativos**

Ao longo de 2018, as companhias de Transmissão de Energia Elétrica estiveram envolvidas em discussão técnica contábil em relação à classificação dos ativos de transmissão. A Administração da Companhia, após reavaliação deste tema e objetivando a melhor apresentação das suas demonstrações financeiras, com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 - Políticas Contábeis Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro”, procedeu com a reapresentação das demonstrações financeiras societárias, de forma retrospectiva, do seu balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, originalmente publicadas em 18 de Março de 2019, decorrentes de erro na mensuração da receita e do ativo de contrato das concessões de transmissão na adoção inicial do pronunciamento citado acima, e seus impactos tributários correlacionados conforme nota explicativa 7.

### **6. Normas e interpretações novas e revisadas**

#### **6.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019**

Normas e interpretações que se aplicam pela primeira vez em 2019, mas não apresentam, no entanto, impactos nas demonstrações financeiras e demonstrações contábeis regulatórias. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes.

##### **• CPC 06 (R2) - Arrendamentos**

O CPC 06 (R2) se sobrepõe à versão anterior (R1) da norma de arrendamentos, além do ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial.

A contabilização do arrendador de acordo com o CPC 06 (R2) está substancialmente inalterada em relação à versão anterior da norma. Os arrendadores continuarão classificando arrendamentos como arrendamentos operacionais ou financeiros, utilizando princípios similares aos da versão anterior da norma.

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) usando o método retrospectivo modificado de adoção, com a data de aplicação inicial de 1º de janeiro de 2019. A Companhia aplicou a norma somente a contratos que foram previamente identificados como arrendamentos, aplicando-se a versão anterior da norma na data da aplicação inicial. A Companhia também optou por utilizar as isenções de reconhecimento para contratos de arrendamento que, na data de início, têm um prazo de arrendamento igual ou inferior a 12 meses e não contêm opção de compra (arrendamento de curto prazo) e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor (ativos de baixo valor).

Não houve efeito significativo oriundo da adoção ao CPC 06 (R2) sobre as demonstrações financeiras e demonstrações contábeis regulatórias.

## **Araraquara Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

### **• ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro**

A Interpretação (equivalente à interpretação IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

Se a entidade considera tratamentos fiscais incertos separadamente.

As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais.

Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto.

Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A Companhia determina se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos e considera a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza.

A Companhia aplica julgamento significativo na identificação de incertezas sobre tratamentos de imposto de renda. A Interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras e demonstrações contábeis regulatórias.

### **• CPC 48 - Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa**

De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam “somente pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto” (critério de SPPI) e o instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras e demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

### Melhorias anuais

### **• CPC 32 - Tributos sobre o Lucro**

As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu essas transações ou eventos passados.

## **Araraquara Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

A entidade aplica essas alterações a partir de 1º de janeiro de 2019. Quando a entidade aplica essas alterações pela primeira vez, as aplica às consequências do imposto de renda sobre dividendos reconhecidas a partir do início do período comparativo mais antigo. Como a legislação fiscal aplicável nas jurisdições nas quais a Companhia atua (primariamente no Brasil) não prevêem a tributação dos dividendos, essa alteração não trouxe efeito sobre as demonstrações financeiras e demonstrações contábeis regulatórias.

### **6.2 Normas emitidas, mas ainda não vigentes**

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras e demonstrações contábeis regulatórias da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- **Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material**

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição “omissão material” ou “divulgação distorcida material” em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição declara que: “a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade.”

Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras e demonstrações contábeis regulatórias da Companhia.

## Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

### 7. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

	Nota	31/12/2019			31/12/2018		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário (reapresentado)
Ativo							
Ativo circulante		<b>14.127</b>	<b>14.684</b>	<b>28.811</b>	<b>28.647</b>	<b>15.426</b>	<b>44.073</b>
Caixa e equivalentes de caixa		10.136	-	10.136	24.141	-	24.141
Concessionárias e permissionárias		1.884	-	1.884	2.514	-	2.514
Contas a receber - partes relacionadas		313	-	313	121	-	121
Adiantamentos a fornecedores		332	-	332	263	-	263
Estoques		1.344	-	1.344	1.345	-	1.345
Ativos de contrato	<b>a</b>	-	14.684	14.684	-	15.426	15.426
Outros ativos circulantes		118	-	118	263	-	263
Ativo não circulante		<b>200.501</b>	<b>24.713</b>	<b>225.214</b>	<b>209.711</b>	<b>17.285</b>	<b>226.996</b>
Títulos e valores mobiliários		-	-	-	3.396	-	3.396
Ativos de contrato	<b>a</b>	-	223.722	223.722	-	222.083	222.083
Outros ativos não circulantes		283	-	283	291	-	291
Imobilizado não vinculado à concessão		1.053	-	1.053	1.077	-	1.077
Imobilizado	<b>b</b>	195.701	(195.566)	135	201.478	(201.365)	113
Intangível não vinculado à concessão		14	-	14	19	-	19
Intangível	<b>b</b>	3.450	(3.443)	7	3.450	(3.433)	17
		<b>214.628</b>	<b>39.397</b>	<b>254.025</b>	<b>238.358</b>	<b>32.711</b>	<b>271.069</b>

## Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2019			31/12/2018		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário (reapresentado)
Passivo							
Passivo circulante		<b>4.704</b>	-	<b>4.704</b>	<b>9.645</b>	-	<b>9.645</b>
Fornecedores terceiros		500	-	500	286	-	286
Fornecedores partes relacionadas		767	-	767	712	-	712
Empréstimos e financiamentos		-	-	-	6.098	-	6.098
Impostos e contribuições sociais		1.149	-	1.149	480	-	480
Taxas regulamentares		1.378	-	1.378	1.272	-	1.272
Dividendos propostos		39	-	39	-	-	-
Outros passivos circulantes		871	-	871	798	-	797
Passivo não circulante		<b>32.178</b>	<b>15.893</b>	<b>48.071</b>	<b>79.926</b>	<b>15.985</b>	<b>95.911</b>
Empréstimos e financiamentos		-	-	-	51.322	-	51.322
Outras provisões - compensação ambiental		1.580	-	1.580	1.492	-	1.492
Provisão para contingências		30.598	-	30.598	27.112	-	27.112
Impostos diferidos	<b>c</b>	-	15.893	15.893	-	15.985	15.985
Patrimônio líquido		<b>177.746</b>	<b>23.504</b>	<b>201.250</b>	<b>148.787</b>	<b>16.726</b>	<b>165.513</b>
Capital social		197.191	-	197.191	167.191	-	167.191
Reserva de lucros		43.209	(39.355)	3.854	39.355	(39.355)	-
Reserva legal		205	-	205	-	-	-
Prejuízo acumulado	<b>d/e</b>	(62.859)	62.859	-	(57.759)	56.081	(1.678)
		<b>214.628</b>	<b>39.397</b>	<b>254.025</b>	<b>238.358</b>	<b>32.711</b>	<b>271.069</b>

## Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2019			31/12/2018		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário (reapresentado)
Receita operacional líquida	d	23.516	(1.297)	22.219	24.775	(1.964)	22.811
Custo da operação	e	(13.130)	8.033	(5.097)	(14.749)	7.986	(6.763)
Lucro bruto		<b>10.386</b>	<b>6.736</b>	<b>17.122</b>	<b>10.026</b>	<b>6.022</b>	<b>16.048</b>
Despesas gerais e administrativas		(1.781)	-	(1.781)	(2.426)	-	(2.426)
Outras (despesas) / receitas operacionais		(729)	-	(729)	318	-	318
Resultado antes do resultado financeiro		<b>7.876</b>	<b>6.736</b>	<b>14.612</b>	<b>7.918</b>	<b>6.022</b>	<b>13.940</b>
Resultado financeiro		(6.650)	-	(6.650)	(3.899)	-	(3.899)
Receita financeira		1.903	-	1.903	1.559	-	1.559
Despesa financeira		(8.553)	-	(8.553)	(5.458)	-	(5.458)
Lucro antes dos impostos		<b>1.226</b>	<b>6.736</b>	<b>7.962</b>	<b>4.019</b>	<b>6.022</b>	<b>10.041</b>
Imposto de renda e contribuição social	c	(2.228)	42	(2.186)	(1.362)	63	(1.299)
<b>(Prejuízo) / Lucro líquido do exercício</b>		<b>(1.002)</b>	<b>6.778</b>	<b>5.776</b>	<b>2.657</b>	<b>6.085</b>	<b>8.742</b>

## **Araraquara Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

### a) Ativo de Concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

#### Ativo de Concessão - contratual

Em 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação além da receita de remuneração de infraestrutura do contrato de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Ativo Contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

## **Araraquara Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante.

### b) Imobilizado e intangível

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecidos como ativo de concessão contratual de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

### c) Impostos diferidos

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

## **Araraquara Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

### d) Receita

a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

A receita de construção, receita de remuneração e receita de operação e manutenção do ativo contratual de concessão são registradas de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão nas demonstrações financeiras societárias. Nas DCRs apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 3.2.

### e) Custo de operação e manutenção e custo de construção

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas DCRs os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

## Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

### 8. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Caixa	1	-
Banco	257	1.100
Aplicações financeiras	9.878	23.041
	<u><b>10.136</b></u>	<u><b>24.141</b></u>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa de 97,5% do CDI.

### 9. Concessionárias e permissionárias

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
A vencer	1.723	2.457
Vencidas até 30 dias	10	10
Vencidas até 60 dias	2	1
Vencidas até 90 dias	2	2
Vencidas até 120 dias	3	4
Vencidas até 180 dias	1	3
Vencidas há mais de 180 dias	287	242
	<u>2.028</u>	<u>2.719</u>
(-) PCLD	(144)	(205)
	<u><b>1.884</b></u>	<u><b>2.514</b></u>

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. De acordo com as normas do agente regulador, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas cima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária. Segue movimentação da PCLD:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldo em 1º de janeiro	(205)	(204)
Reversão	-	-
Adição	61	(1)
Saldo em 31 de dezembro	<u><b>(144)</b></u>	<u><b>(205)</b></u>

## Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

### 10. Imobilizado

#### 10.1. Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2018	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Reava- liação	Valor em 31/12/2019	Adições líquidas = (a)- (b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2019	Valor líquido em 31/12/2018
<b>Ativo imobilizado em serviço</b>										
<b>Transmissão</b>	<b>249.580</b>	-	-	-	-	<b>249.580</b>	-	<b>(57.179)</b>	<b>192.401</b>	<b>200.443</b>
Terrenos	3.099	-	-	-	-	3.099	-		3.099	3.099
Edificações, obras civis e benfeitorias	84.243	-	-	-	-	84.243	-	(20.260)	63.983	66.803
Máquinas e equipamentos	161.585	-	-	-	-	161.585	-	(36.533)	125.052	130.185
Veículos	595	-	-	-	-	595	-	(360)	235	320
Móveis e utensílios	58	-	-	-	-	58	-	(26)	32	36
<b>Administração</b>	<b>107</b>	-	-	<b>28</b>	-	<b>135</b>	<b>28</b>	<b>(24)</b>	<b>111</b>	<b>102</b>
Máquinas e equipamentos	-	-	-	28	-	28	28	(4)	24	-
Veículos	107	-	-	-	-	107	-	(20)	87	102
	<b>249.687</b>	-	-	<b>28</b>	-	<b>249.715</b>	<b>28</b>	<b>(57.203)</b>	<b>192.512</b>	<b>200.545</b>
<b>Ativo imobilizado em curso</b>										
<b>Transmissão</b>	<b>921</b>	<b>2.245</b>	-	-	-	<b>3.166</b>	<b>2.245</b>	-	<b>3.166</b>	<b>921</b>
Máquinas e equipamentos	37	-	-	-	-	37	-	-	37	37
Outros	884	2.245	-	-	-	3.129	2.245	-	3.129	884
<b>Administração</b>	<b>12</b>	<b>39</b>	-	<b>(28)</b>	-	<b>23</b>	<b>11</b>	-	<b>23</b>	<b>12</b>
Máquinas e equipamentos	12	39	-	(28)	-	23	11	-	23	12
	<b>933</b>	<b>2.284</b>	-	<b>(28)</b>	-	<b>3.189</b>	<b>2.256</b>	-	<b>3.189</b>	<b>933</b>
<b>Ativo imobilizado</b>	<b>250.620</b>	<b>2.284</b>	-	-	-	<b>252.904</b>	<b>2.284</b>	<b>(57.203)</b>	<b>195.701</b>	<b>201.478</b>

## Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

### 10.2. Taxas de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31/12/2019			31/12/2018
		Valor Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Imobilizado em serviço</b>					
Transmissão	7,81%	249.580	(57.179)	192.401	200.443
Administração	7,51%	135	(24)	111	102
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica (ii)	10,00%	1.488	(435)	1.053	1.077
		<b>251.203</b>	<b>(57.638)</b>	<b>193.575</b>	<b>201.622</b>

Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação e amortização, de acordo com a Resolução ANEEL 474 de 2012, por grupo do ativo imobilizado e intangível de segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de depreciação (%)
<b>Imobilizado - transmissão</b>	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaleta	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Pára-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Software	20,00%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
<b>Administração central</b>	
Equipamentos de informática	16,67%
Veículos	14,29%
Software	20,00%
Móveis e utensílios	6,25%

## Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

### 10.3. Principais adições do ativo imobilizado em curso em 2019 (Transmissão)

<b>Adições do ativo imobilizado em curso</b>	<b>Material e equipamentos</b>
Material em Depósito	2.245
	<u>2.245</u>

### 10.4. Principais adições do ativo imobilizado em serviço em 2019

<b>Administração</b>	<b>Grupo</b>	<b>Valor</b>
MICROCOMPUTADOR PORTATIL DELL LATITUDE 14 7490 ICMS DDI 000623013 S/NF 000817612 DELL COMPUTADORES	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	8
MICROCOMPUTADOR PORTATIL DELL LATITUDE 14 7490 ICMS DDI 000074216 ICMS S/NF 0000998604 DELL COMPUTADORES	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	6
MICROCOMPUTADOR PORTATIL DELL 14 7490 ICMS DDI 000057952 S/NF 001099911 DELL COMPUTADORES	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	7
	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	1
	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	6
	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	1

### 10.5. Principais baixas do ativo imobilizado em serviço em 2019

No exercício de 2019 não foram realizadas baixas de ativos imobilizado em serviço.

## Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

### 11. Intangível

#### 11.1. Mapa movimentação ativo intangível

	Valor em 31/12/2018	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Reava- liação	Valor em 31/12/2019	Adições líquidas = (a)- (b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2019	Valor líquido em 31/12/2018
<b>Ativo intangível em serviço</b>										
<b>Transmissão</b>	<b>3.453</b>	-	-	<b>13</b>	-	<b>3.466</b>	<b>13</b>	<b>(24)</b>	<b>3.442</b>	<b>3.433</b>
Servidões	3.426	-	-	-	-	3.426	-	-	3.426	3.426
Softwares	27	-	-	13	-	40	13	(24)	16	7
<b>Administração</b>	<b>51</b>	-	-	-	-	<b>51</b>	-	<b>(44)</b>	<b>7</b>	<b>17</b>
Softwares	51	-	-	-	-	51	-	(44)	7	17
	<b>3.504</b>	-	-	<b>13</b>	-	<b>3.517</b>	<b>13</b>	<b>(68)</b>	<b>3.449</b>	<b>3.450</b>
<b>Ativo intangível em curso</b>										
<b>Transmissão</b>	-	<b>14</b>	-	<b>(13)</b>	-	<b>1</b>	<b>1</b>	-	<b>1</b>	-
Softwares	-	14	-	(13)	-	1	1	-	1	-
	-	<b>14</b>	-	<b>(13)</b>	-	<b>1</b>	<b>1</b>	-	<b>1</b>	-
<b>Ativo Intangível</b>	<b>3.504</b>	<b>14</b>	-	-	-	<b>3.518</b>	<b>14</b>	<b>(68)</b>	<b>3.450</b>	<b>3.450</b>

## Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

### 11.2. Taxas de amortização

	Taxas anuais médias de depreciação (%) (i)	31/12/2019		31/12/2018	
		Valor Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	
<b>Intangível em serviço</b>					
Transmissão	0,15%	3.466	(24)	3.442	3.433
Administração	10,00%	51	(44)	7	17
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	20,00%	26	(12)	14	19
		<b>3.543</b>	<b>(80)</b>	<b>3.463</b>	<b>3.469</b>

Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

### 11.3 Principais adições do ativo intangível em curso em 2019 (Transmissão)

Adições do ativo intangível em curso	Material e equipamentos
Software	14
	<b>14</b>

### 11.4 Principais adições do ativo intangível em serviço 2019

Intangível - Transmissão	Grupo	Valor
SERVICOS DE CONSULTORIA COSWIN	SOFTWARE	1
LICENCIAMENTO DO SOFTWARE COSWIN	SOFTWARE	9
SERVICOS DE CONSULTORIA COSWIN	SOFTWARE	1
SERVICOS DE CONSULTORIA COSWIN	SOFTWARE	1
SERVICOS DE CONSULTORIA COSWIN	SOFTWARE	1

### 11.5 Principais baixas do ativo intangível em serviço 2019

No exercício de 2019 não foram realizadas baixas de ativos intangível em serviço.

## 12. Fornecedores terceiros

	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores diversos - nacionais	(355)	(141)
Reembolso de funcionários a pagar	(2)	(5)
Outros	(143)	(140)
	<b>(500)</b>	<b>(286)</b>

## Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

### 13. Financiamentos - terceiros

a) Total da dívida

Descrição	Início	Vencimento	Frequência pgto de juros	Data próx. pagamento	Frequência da amortização	Sistemática da amortização	Garantias	Encargos	31/12/2019	31/12/2018
BNDES	jan/11	ago/28	Mensal	15/04/2020	Mensal	SAC	(i)	TJLP + 2,21% a.a.	-	57.420
									-	<b>57.420</b>
Circulante									-	6.098
Não circulante									-	51.322
									-	<b>57.420</b>

Em 29 de novembro de 2010, foi firmado um contrato de financiamento junto ao BNDES no montante de R\$84.000 destinado a aquisição de máquinas e equipamentos e compra de materiais para a construção de suas linhas de transmissão. Sobre este financiamento incidem juros de 2,21% ao ano, a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP), observada a seguinte sistemática:

Sobre este empréstimo, incidirão juros de 2,21% ao ano, a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo- TJLP, observada a seguinte sistemática:

## Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

- Quando a TJLP for superior a 6% ao ano, o montante correspondente à parcela da TJLP que vier a exceder 6% ao ano será capitalizado no dia 15 (quinze) de cada mês da vigência do referido contrato de empréstimo e no seu vencimento ou liquidação, e apurado mediante a incidência de TJLP sobre o saldo devedor; e o percentual de 2,21%, acrescido da parcela não capitalizada da TJLP de 6% ao ano, incidirá sobre o saldo devedor.
- Quando a TJLP for igual ou inferior a 6% ao ano, o percentual de 2,21% ao ano acima da TJLP, acrescido da própria TJLP, incidirá sobre o saldo devedor.

Esse financiamento será pago em 192 (cento e noventa e duas) parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela venceu em 15 de novembro de 2012 e a última vencerá em 15 de outubro de 2028.

No entanto, em 19 de dezembro de 2019, a Companhia realizou a liquidação antecipada e integral da dívida em questão, seguindo deliberação da administração da Companhia após alinhamento com o BNDES.

### b) Covenants

Com a liquidação da dívida, não existem mais obrigações remanescentes com relação à apresentação de covenants.

## 14. Tributos e contribuições sociais

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
IRPJ	554	142
CSLL	312	99
PIS	12	13
COFINS	54	60
Outros	217	166
	<u>1.149</u>	<u>480</u>

## 15. Taxas regulamentares

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Reserva Global de Reversão (RGR) (i)	392	376
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	125	125
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iii)	861	771
	<u>1.378</u>	<u>1.272</u>

## Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

### (i) RGR

Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

Em 06 de agosto de 2019, através da Nota Técnica 126/2019 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2019 a junho de 2020 de R\$ 72.

### (ii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

Em 19 de julho de 2019, através do Despacho 2.004 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a TFSEE relativas as competências de julho de 2019 a junho de 2020 de R\$ 7.

### (iii) P&D

Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

## 16. Outros passivos circulantes

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Provisão de férias	457	327
IRRF - funcionários	97	45
Contribuição sindical	4	4
Provisão de bonus	313	422
	<u>871</u>	<u>798</u>

## Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

### 17. Provisão para contingências

#### Contingências prováveis (provisionadas):

A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Fiscal		
Cível		
Servidões	111	111
Meio ambiente	29.613	26.265
Trabalhista	874	736
	<u>30.598</u>	<u>27.112</u>

#### Contingências possíveis (não provisionadas)

Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Trabalhista	274	30.072
Fiscal	200	40
	<u>474</u>	<u>30.112</u>

### 18. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 167.191 dividido em 167.191 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Em 08 de novembro de 2019, forma subscritas 30.000.00 ações ordinárias nominativas, ao preço de 1,00 (um real) cada.

Em 31 de dezembro de 2019 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 197.191, dividido em 197.191.128 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R\$ 1,00 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

## Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

	<u>2019 e 2018</u>
SGBH	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%
	<u><b>100%</b></u>

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido societário do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas.

c) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro líquido do exercício - societário	5.776	-
Absorção de prejuízo	(1.678)	-
Base para reserva legal	4.098	-
Reserva legal (5%)	(205)	-
Base de cálculo para os dividendos	3.893	-
<b>Dividendo mínimo obrigatório</b>	<u><b>39</b></u>	<u>-</u>

### 19. Receita operacional líquida

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>Receita operacional bruta</b>	<u><b>25.552</b></u>	<u><b>26.877</b></u>
Receita de rateio de antecipação	25	501
Receita de encargos de transmissão	25.272	25.986
Recuperação de PIS e COFINS	931	982
Parcela de ajuste do ciclo anterior	(977)	(1.229)
Indisponibilidade de equipamentos	(899)	(47)
Descontos Incidentes na TUST	1.200	684
<b>Deduções da receita operacional</b>	<u><b>(2.036)</b></u>	<u><b>(2.102)</b></u>
PIS	(169)	(175)
COFINS	(778)	(807)
P&D	(229)	(248)
RGR	(767)	(778)
TFSEE	(93)	(94)
	<u><b>23.516</b></u>	<u><b>24.775</b></u>

## Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

### 20. Custo da operação

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Pessoal	(3.236)	(3.380)
Material	(319)	(229)
Serviços de terceiros	(660)	(1.332)
Depreciação e amortização	(8.047)	(8.044)
Gastos diversos (i)	(750)	(1.632)
Outros	(118)	(132)
	<u><b>(13.130)</b></u>	<u><b>(14.749)</b></u>

### 21. Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Pessoal	(2.358)	(2.391)
Administradores	(483)	(494)
Material	(49)	(21)
Serviços de terceiros	(499)	(444)
Arrendamentos e aluguéis	(110)	(112)
Provisão/reversão (i)	(312)	1.179
( - ) Recuperação de Despesas	2.296	-
Tributos	(2)	(5)
Depreciação e amortização	(29)	(15)
Outras	(235)	(123)
	<u><b>(1.781)</b></u>	<u><b>(2.426)</b></u>

### 22. Despesas de pessoal

<b>Pessoal - operação</b>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Remuneração	(2.035)	(2.157)
Encargos	(751)	(711)
Outros Benefícios - Corrente	(442)	(496)
Outros	(8)	(16)
	<u><b>(3.236)</b></u>	<u><b>(3.380)</b></u>

<b>Pessoal - administração</b>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Remuneração	(1.211)	(1.177)
Encargos	(607)	(576)
Benefícios	(208)	(195)
Outros	(331)	(443)
Administradores	(483)	(494)
	<u><b>(2.840)</b></u>	<u><b>(2.885)</b></u>
	<u><b>(6.076)</b></u>	<u><b>(6.265)</b></u>

## Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

### 23. Imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Contribuição social	667	438
Imposto de renda	1.561	924
	<u><b>2.228</b></u>	<u><b>1.362</b></u>

### 24. Resultado financeiro

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>Receita financeira</b>	<u><b>1.903</b></u>	<u><b>1.559</b></u>
Receitas de aplicações financeiras	1.750	1.520
Outras receitas financeiras	153	39
<b>Despesa financeira</b>	<u><b>(8.553)</b></u>	<u><b>(5.458)</b></u>
Juros sobre empréstimos - terceiros	(4.852)	(4.816)
Juros e multas	(22)	(51)
Outras despesas financeiras	(3.679)	(591)
	<u><b>(6.650)</b></u>	<u><b>(3.899)</b></u>

### 25. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Em 2018 e 2017, a Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

## Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

### 25.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

<b>Ativos mensurados pelo valor justo</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Caixa e equivalentes de caixa	<b>8</b>	10.136	24.141
Títulos e valores mobiliários	-	-	3.396
<b>Ativos mensurados pelo custo amortizado</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Contas a receber - partes relacionadas	<b>26</b>	313	121
Concessionárias e permissionárias	<b>9</b>	1.884	2.514
<b>Passivos mensurados pelo custo amortizado</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Financiamentos - terceiros	<b>13</b>	-	57.420
Empréstimos - partes relacionadas	<b>26</b>	767	712
Fornecedores - terceiros	<b>12</b>	500	286

### 25.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

#### Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

#### a) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos e financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

## Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

b) Riscos cambiais

Os resultados da Companhia estão não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

c) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às contas a receber (concessionárias e permissionárias) são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

d) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

## 26. Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

### 26.1 Ativo

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Contas a receber - partes relacionadas	<u>313</u>	<u>121</u>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	287	121
Outros	26	-

## Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

### 26.2. Passivo

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Fornecedores/empréstimos - partes relacionadas	<b>767</b>	<b>712</b>
Aluguel <b>(ii)</b>	8	8
Rateio Res. 699/16 - ANEEL <b>(i)</b>	749	704
Outros	10	

### 26.3. Resultado

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Resultado - partes relacionadas	<b>(2.065)</b>	<b>(2.453)</b>
Despesa de aluguel <b>(ii)</b>	(98)	(92)
Rateio Res. 699/16 - ANEEL <b>(i)</b>	(1.967)	(2.361)

**(i)** Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL - Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as empresas compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as empresas envolvidas.

**(ii)** Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH.

## 27. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

## 28. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração contábil regulatória, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

## Araraquara Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

<u>Ativo</u>	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Responsabilidade civil	Risco civil	10.000	10.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	148.872	148.871
Veículos	Carros	554	413
		<u>159.426</u>	<u>159.284</u>

### 29. Efeitos da pandemia do COVID-19

#### a) Contexto geral

Em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (“OMS”) declarou surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. A imensa maioria dos governos, nos cinco continentes, passou a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, que têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento da incerteza econômica, considerando o aumento dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos, vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID-19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivos e Legislativos da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para Decreto Legislativo n 6, publicado em 6 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas de atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

#### b) Medidas de assistência governamental

Diante do cenário descrito anteriormente, diversas medidas de auxílio econômico financeiro foram introduzidas pelos três níveis de administração da Federação Brasileira, com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, com destaque para as seguintes, que foram adotadas pelas companhias do Grupo:

- (i) Postergação do recolhimento do PIS e da COFINS e da Contribuição Previdenciária relativos as competências de abril e maio para os meses de agosto e outubro de 2020;
- (ii) Postergação do recolhimento do FGTS, referente às competências de março, abril e maio, que deverão ser pagos a partir de julho e poderão ser parcelados em até seis vezes, de julho até dezembro de 2020;
- (iii) Redução das alíquotas das contribuições de serviços sociais autônomos no período compreendido entre abril e junho de 2020;
- (iv) Prorrogação dos prazos para a entrega das obrigações acessórias como DCTF e EFD, dentre outras;

A maior parte dessas medidas, apuradas até a emissão desse relatório, tem caráter temporário e servirão para mitigar possíveis impactos da pandemia nos próximos três meses em média. Por esse motivo, não produzem alteração no caixa ou no capital circulante líquido da Companhia no exercício de 2020.

## **Araraquara Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais)

### **c) Medidas adotadas pela Companhia para auxílio à sociedade**

A Companhia decidiu adotar algumas medidas para contribuir com os esforços governamentais para mitigar os efeitos da pandemia na sociedade. Dentre essas medidas destacam-se as seguintes:

- (i) Adoção do trabalho *homeoffice* para seus colaboradores, para evitar deslocamentos e potencial risco de contágio.

### **d) Impacto nas operações da Companhia**

Considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia revisou seu planejamento estratégico e não identificou impactos nas operações da companhia até o presente momento.